

DA VEREADORA DO PT Silvia Letícia Forte Camelo

CÂMARA MUNICIPAL DE TEJUÇUOCA PROT.
RECEBI
NOME: Ufalconosc
all the a following remoderate and property in the company of the

INSTITUIO RECONHECIMENTO E PROMOÇÃO DE MESTRES E MESTRAS DOS SABERES E FAZERES DAS CULTURAS POPULARES NO MUNICÍPIO DE TEJUÇUOCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

#### Capítulo I

DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA

Art. 1º Institui-se a Lei de Reconhecimento e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres da Cultura Popular, a ser executada pela Câmara de Vereadores de Tejuçuoca.

§ 1º Poderão ser reconhecidos como Mestres e Mestras dos Saberes Populares aqueles cujos conhecimentos simbólicos e técnicas de produção e transmissão sejam considerados representativos da cultura brasileira tradicional e das expressões para cá transportadas ao longo da história.

### Capítulo II

DOS CONCEITOS

Art. 2º Para os fins desta lei, compreende-se por Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres:

- I Pessoas que se expressam, através de diversas linguagens artísticas populares, ritos sagrados, festas e feiras comunitárias, brasileiros natos ou naturalizados, cuja vida e obra foram dedicadas à proteção, promoção e desenvolvimento da cultura tradicional brasileira;
- II De sabedoria notória, reconhecida entre seus pares e por especialistas;
- III Com longa permanência na atividade e capacidade de transmissão dos conhecimentos artísticos e culturais;

#### Capítulo III

DOS REQUISITOS E A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA

Art. 3º O reconhecimento depende do atendimento de todos os seguintes requisitos:





- I Comprovar a relevância do saber ou do fazer popular tradicional que representam ao longo da história;
- II Deter a memória indispensável à transmissão do saber ou do fazer;
- III Possuir atuação no município há pelo menos dez anos.

Parágrafo único. Comprovado o cumprimento das condições indicadas neste artigo. Conferir-se-á o título de Mestre (a) dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares nos termos e limites desta Lei.

#### Capítulo IV

DAS CANDIDATURAS

Art. 4º É parte legítima para propor o reconhecimento de Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares qualquer pessoa física ou jurídica que seja capaz, na forma da lei:

- I Os próprios indivíduos, grupos ou comunidades objetos desta lei:
- II Os órgãos locais de cultura, Prefeitura e Câmara de Vereadores do município onde vivem e atuam os mestres e mestras dos saberes das culturas populares:
- III O Conselho Municipal de Cultura;
- IV As entidades juridicamente constituídas de caráter cultural da sociedade civil;
- V Os cidadãos brasileiros.
- Art. 5º Os requerimentos de inscrição de candidaturas formuladas pelas partes legítimas deverão conter:
- I Dados dos proponentes;
- II Justificativa da proposta apresentada, incluindo todos os dados possíveis sobre a(s) pessoa(s), grupo(s) ou comunidade(s) envolvido(s) com atividade fim, além de dados sobre as expressões culturais tradicionais;





III - Anuência dos candidatos.

Art. 6° Os requerimentos serão submetidos ao Conselho Municipal de Cultura, ao qual caberá aprovar a concessão do título aos candidatos.

Art. 7º No caso de pedido de impugnação movido à candidatura, os proponentes serão notificados pelo Conselho Municipal de Cultura, para a interposição de defesa.

§ 1º O deferimento da defesa contra a impugnação de candidatura, de que trata o caput deste artigo, por decisão do Conselho, implicará o prosseguimento da análise sobre o mérito e a idoneidade da candidatura;

§ 2º O indeferimento de defesa contra a impugnação de candidatura, prevista no caput deste artigo, por decisão irrecorrível do Conselho Municipal de Cultura, resultará no imediato arquivamento do processo de requerimento de inscrição.

### Capítulo V

DOS DIREITOS

Art. 8º Todos que forem reconhecidos com a qualidade de Mestres e Mestras dos Saberes das Culturas Populares terão os seguintes direitos:

I - Diplomação Solene, efetivada durante as comemorações da Semana do Folclore.

### CapítuloVI

Dos deveres dos reconhecidos como mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas populares

Art. 9º É dever daqueles reconhecidos como Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares, o desenvolvimento de atividades ensejadoras do reconhecimento, principalmente quanto à manutenção da prática e à transmissão de conhecimentos.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS





Art. 10 As candidaturas referidas nesta Lei serão apresentadas nas comemorações da Semana do Folclore, conforme edital que será elaborado e publicado observados os seguintes preceitos:

I - será lançado um edital por ano;

II - a quantidade dos reconhecidos como Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares obedecerá ao limite de 11 contemplados por ano;

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Plenário José Noberto Rodrigues da Silva. Tejuçuoca, 26 de março de 2021.

Silvia Letícia Forte Camelo Vereadora do PT





### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TEJUÇUOCA

#### PARECER

EMENTA - Opina pela tramitação do Projeto de Lei Nº 12/2021, que "Institui reconhecimento e promoção de mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas populares do Município de Tejuçuoca e dá outras providências".

Senhor Presidente.

RELATÓRIO

Enviado a esta Comissão de Justiça E Redação o projeto de Lei Nº 12/2021, do poder legislativo, o Presidente desta Comissão, nos termos regimentais, designou o Vereador Francisco Erivaldo Teles De Sousa para emitir parecer. Submetido e discutido, foi acolhido por unanimidade dos que estavam presentes.

#### É O RELATÓRIO

Em análise ao projeto de Lei Nº 12/2021, do poder legislativo, se vê, que existem condições para que o mesmo receba parecer favorável à sua aprovação.

Assim, este relatório devolve o processo a Vossa Excelência, para que dê a devida tramitação ao Projeto de Lei, de acordo com as normas regimentais.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Tejuçuoca – Ceará. Tejuçuoca, 07 de maio de 2021.

Fábio Mesquita Gondim

Presidente

Francisco Erivaldo Teles De Sousa

Relator

Francisco Lopes da Silva

Membro